



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 1

**ACÓRDÃO Nº 967/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 1545/2015 – 3 volumes**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Secretaria Municipal do Centro - SEMC.

**4- Exercício:** 2014.

**5- Responsável:** Sr. Rafael Lemos Assayag, no período de 01/01 a 04/04/2014, e Sr. Glauco Francesco de Souza Luzeiro, no período de 04/04/2014 a 31/12/2014.

**6- Unidade Técnica:** DICAD-MA - Relatório Conclusivo nº 23/2015, fls. 575/599.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer 1921/2015 – MP-ELCM, fls. 602/604v, da lavra da Procuradora de Contas Dra. Elizângela Lima Costa Marinho.

**8- Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Secretaria Municipal do Centro - SEMC.  
Exercício de 2014.

*Contas regulares com ressalvas. Determinação à origem e à DICAD-MA.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1 - Julgar REGULAR COM RESSALVAS a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal do Centro-SEMC, referente ao exercício de 2014, sob a responsabilidade dos Senhores Rafael Lemos Assayag e Glauco Francesco de Souza Luzeiro, das despesas realizadas no período de 01/01 a 04/04/2014 e 04/04 a 31/12/2014, respectivamente, com fundamento no art. 1º, inciso II e art. 22, inciso II, ambos da Lei nº 2.423/96, c/c art. 5º, inciso II e art. 188, § 1º, inciso II, da Resolução nº 4/2002–RITCE/AM;**

**9.2 - Determinar à origem, sob pena de, em prestações futuras, não serem mais aceitas suas justificativas:**

a) Que a administração atual adote as devidas providências no sentido do fiel cumprimento das normas relacionadas às obrigações legais previdenciárias instituídas, em especial com relação à observância dos prazos para recolhimentos dos valores previdenciários devidos ao INSS;

b) Implantação de controle eletrônico de ponto biométrico nos termos do art.5º do Decreto nº 0203, de 07 de julho de 2009;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº 967/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

c) Revisar seus procedimentos para que não se adira mais a atas fora do prazo legal em atendimento ao § 3º, inc. III do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**9.3 - Determinar à DICAD-MA** que, nas próximas inspeções, verifique a aplicação das determinações expostas no Relatório/Voto.

**10- Ata:** 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 11 de novembro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro-Presidente, em exercício.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**

Procurador-Geral